



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL DE SÃO CRISTÓVÃO DA COMARCA DE SÃO CRISTÓVÃO
Largo Joel Fontes Costa, Bairro Centro, São Cristóvão/SE, CEP 49100000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Dados do Processo

Processo: 201983000256	Distribuição: 01/03/2019
Número Único: 0000469-90.2019.8.25.0072	Competência: 1ª Vara Cível de São Cristóvão
Classe: Procedimento Comum	Fase: POSTULACAO
Situação: Andamento	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

Assuntos

- DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Partes e Procuradores - Assistência Judiciária Gratuita
- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Indenização por Dano Moral - Direito de Imagem
- DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Partes e Procuradores - Sucumbência - Honorários Advocatícios
- DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Partes e Procuradores - Sucumbência - Custas

Dados das Partes

Requerente: VIVIAN TAYNAR SANTOS DE MATOS
Endereço: RUA A, RUA PRINCIPAL
Complemento: POVOADO ARAME II
Bairro: ZONZ RURAL
Cidade: SAO CRISTOVAO - Estado: SE - CEP: 49100000
Advogado(a): ARIVALDO JOSÉ DE SANTANA JÚNIOR 6662/SE
Requerido: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
Endereço: Rua Senador Dantas
Complemento: (5º andar)
Bairro: Centro
Cidade: Rio de Janeiro - Estado: RJ - CEP: 20031205



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL DE SÃO CRISTÓVÃO DA COMARCA DE SÃO CRISTÓVÃO
Largo Joel Fontes Costa, Bairro Centro, São Cristóvão/SE, CEP 49100000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Processos Apensados:

--

Processos Dependentes:

--



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL DE SÃO CRISTÓVÃO DA COMARCA DE SÃO CRISTÓVÃO
Largo Joel Fontes Costa, Bairro Centro, São Cristóvão/SE, CEP 49100000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201983000256

DATA:

01/03/2019

MOVIMENTO:

Distribuição

DESCRIÇÃO:

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 201983000256, referente ao protocolo nº 20190228151403654, do dia 28/02/2019, às 15h14min, denominado Procedimento Comum, de Assistência Judiciária Gratuita, Direito de Imagem, Honorários Advocatícios, Custas.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (ÍZA) DE
DIREITO ____ CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CRISTÓVÃO/SE.**

VIVIAN TAYNAR SANTOS DE MATOS, brasileira, solteiro, não convivente, sem profissão, CPF: 073.299.645-32, RG 3.474.341-3 2ª via SSP/SE, não possui endereço eletrônico, residente e domiciliado na Rua Principal, Povoado Arame, nº 722, São CEP 49.100-000, Cristóvão/SE, por seu procurador, Arivaldo José de Santana Júnior, advogado, infra-assinado, endereço eletrônico: advogado.arivaldo@hotmail.com, com escritório profissional situado na Rua Dr. Jesse Fontes, nº 40, Centro, CEP 49.200-000, Estância/SE, onde recebe citações, intimações e demais atos processuais, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência propor,

AÇÃO DE COBRANÇA C/C REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS

em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, CNPJ 09.248.608/0001-04, endereço eletrônico, com endereço profissional na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, CEP 20031-205, Rio de Janeiro/RJ, pelos fatos e fundamentos adiante que passa a expor:

I - DOS DADOS DO REQUERIDO

Ab initio, enseja por diligências para a obtenção de todos os dados faltantes do demandado, tais como endereço eletrônico, nos termos do artigo 319, parágrafo 1º do Código de Ritos; salvo melhor entendimento de Vossa Excelência à luz do parágrafo 2º do dispositivo legal supramencionado.

II - DA CONCESSÃO DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA

A carta magna aduz em seu texto, precisamente em seu art. 5º LXXIV, que o estado prestara assistência gratuita aos que comprovarem o estado de miserabilidade.

Outrossim, o art. 98 do CPC, ressalta que, toda pessoa natural com insuficiência de recursos financeiros faz jus a concessão do mencionado benefício.

Destarte, **a parte autora não possui condições de arcar com as despesas processuais, bem como os honorários advocatícios, sem prejuízo do seu sustento e da própria família, pelo que requer que lhe seja concedido o benefício da justiça gratuita.**

III - DA AUDIÊNCIA PRÉVIA DE AUTOCOMPOSIÇÃO

OPTA pela designação de audiência prévia de Conciliação ou de Mediação.

IV – DA SÍNTESE FÁTICA

A autora deu entrada na Fundação Hospitalar de Saúde, no município de Aracaju/SE, em 05/12/2017 vítima de acidente (conforme relatório aos autos).

Entretanto, a requerente solicitou o SEGURO DPVAT, de nº de sinistro: 3180366645 com natureza de Invalidez, onde teve seu pedido negado sob alegação de que a mesma "estava sem sequelas", em 14 de agosto de 2018.

Ante ao exposto, é que a requerente, invalida permanente (conforme relatórios médicos em anexo), vem perante Vossa Excelência, requerer o seguro SEGURO DPVAT.

V - DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

V.I - DA SEGURIDADE

A requerente até a presente data não auferiu o seguro DPVAT conforme o art. 3º, inciso II, da lei nº. 6.194/74, no qual estabelece o dano por invalidez permanente, vejamos:

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e

conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

Os documentos anexados nesta inicial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, fazendo jus à parte requerente ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

V.II – DA REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS

A requerente faz jus à reparação por DANOS MORAIS, vez que fica comprovadamente claro a omissão da Requerida (SEGURADORA LÍDER) em negar-lhe seu seguro. De acordo com o artigo 186 do Código Civil:

Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

O art. 927, Parágrafo Único, do mesmo código determina a obrigação de indenizar por aquele que acaba por causar dano a outrem mediante ato ilícito, independentemente de culpa.

O art. 927, Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.

Verifica-se assim evidente a má-fé da requerida neste episódio. A sua atitude desrespeitosa para com a Requerente.

A Requerente faz jus ao ressarcimento de todo prejuízo sofrido uma vez que estão presentes todos os pressupostos de configuração do ato ilícito.

A Constituição Federal da República em vigor cuida da proteção à imagem de forma expressa e efetiva, distinguindo a

imagem da intimidade, honra e vida privada. Pois o art. 5º, inciso X, diz:

Art. 5º (...) X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

Assim, o montante de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) equivale a uma justa indenização por danos morais no presente caso. Tendo em vista que, não enriquece a parte requerente e adverte a parte requerida.

VI – DOS PEDIDOS

Isto posto, desde já requer:

a) **Opta pela AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO e MEDIAÇÃO;**

b) A citação da requerida **no Endereço acima mencionado**, na pessoa de seu representante legal, para que apresente a defesa que tiver, no prazo legal;

c) O Benefício da Justiça Gratuita nos termos da lei;

d) **A condenação da requerida em DANOS MORAIS, no importe de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);**

e) **O pagamento do Seguro DPVAT no valor de R\$: 13.500,00 (treze mil e quinhentos) devidamente atualizados desde a data do indeferimento;**

f) O pagamento da parte ré em custas e honorários advocatícios no percentual equivalente em 20% (Vinte Por Cento) sobre a condenação;

Prova o alegado por todos os meios de provas admitidos em direito, em especial os documentais, testemunhais, periciais e depoimentos pessoais.

Dá-se a causa o valor de R\$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais).

Termos em que,
Pede e Aguarda deferimento.

Estância/SE 28 de fevereiro de 2019.


Arivaldo José de Santana Júnior
Advogado
OAB/SE 6662

PROCURAÇÃO "AD JUDITA ET EXTRA"

OUTORGANTE:

NOME: Vivian Taymar Santos de Mota, Brasileiro(a),
ESTADO CIVIL: solteira, PROFISSÃO: estudante,
RG: 3.474.341-32ª Via CPF: 073.299.695-32, RESIDENTE E
DOMICILIADO Rua Principal Pov. Branca II, N° 722,
BAIRRO: Zona Rural, FONE: _____,
CIDADE: São Cristóvão / SE, CEP: 49.100-000,
ENDEREÇO ELETRÔNICO: sem endereço eletrônico.

OUTORGADO: Para este caso figura o Bacharel ARIVALDO JOSÉ DE SANTANA JÚNIOR, brasileiro, casado, advogado, RG. nº 1.236.631 SSP/SE, CPF: 937.780.665-87, OAB-SE 6662, com escritório localizado à Rua Tenente Eloy, nº 40, Centro, Estância/SE, CEP: 49.200-000, Endereço eletrônico: advogado.arivaldo@hotmail.com. Pelo presente instrumento particular de procuração o(s) outorgante(s) nomeia(m) e constitui(m) seu (s) bastante procurador(es) o(s) outorgado(s), podendo agir individualmente ou em conjunto, concedendo-lhe(s) todos os poderes das Cláusulas "AD JUDIDIA ET AD EXTRA", para o fórum em geral, em qualquer juízo ou instância e PODERES ESPECÍFICOS: A presente procuração outorga ao(s) Advogado(s) acima descrito(s), os poderes especiais para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, firmar compromissos ou acordos, receber valores, dar e receber quitação, receber e dar quitação, levantar ou receber RPV e ALVARÁS, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, em conformidade com a norma do art. 105 da Lei 13.105/2015. De forma especial e expressa concede ainda ao(s) Outorgante (s) ao (s) Outorgado (s) poderes para propor acompanhar autos de 201883303773 e Acas de Colunças

São Cristóvão / SE, 29 de Janeiro de 2019

Vivian Taymar Santos de Mota
OUTORGANTE

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu,

Vivian Taymar Santos de Matos

portador (a) do RG nº 3.474.341-32ª Via 152/k, inscrito (a) no CPF/MF sob o nº 073.299.695-32, **DECLARO** para os devidos fins de

comprovação de residência, sob as penas da Lei (art. 2º da Lei 7.115/83), que resido Rua Principal POU. Anacleto FF, 722, Zona Rural do Município de São Cristóvão/SE, 29.1000-000.

Declaro ainda, estar ciente de que a falsidade da presente declaração pode implicar na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal, conforme transcrição abaixo:

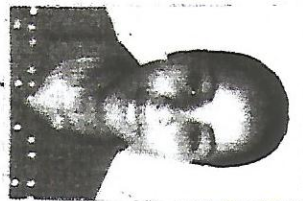
Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular.

São Cristóvão, SE 24 de Janeiro de 2019

Vivian Taymar Santos de Matos

DECLARANTE



Vivian Taynar Santos de Matos.

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Instituto Gráfico Brasileiro

REGISTRO GERAL

3.474.341-3 2.VIA

DATA DE
EXPEDIÇÃO

13/05/1997

NOME

VIVIAN TAYNAR SANTOS DE MATOS

FILIAÇÃO

EDILENE DOS SANTOS

WANDIVALDO MONTEIRO DE MATOS

NATURALIDADE

ARACAJU-SE

DATA DE NASCIMENTO

18/04/1998

DOC ORIGEM

CT. NASCIMENTO 18579361551956110022057001972921

CMRT. 2 OFI. DIST. GEN. ITAPERANGA 5ª AJUDA/SE

073.299.695-32



LEI Nº 7.116 DE 25/08/83

DIRETOR DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

EDILENE DOS SANTOS
RUA A, 0722 / RUA PRINCIPAL - AREA RURAL
SAO CRISTOVAO / SE CEP. 49100000 (AG: 620)

Classe/Subclasse RESIDENCIAL / BAIXA RENDA MONOFÁSICO
Roteiro 11 - 620 - 860 - 8870 Referência Abr / 2017
Nº medidor E5000346052 Emissão 18/04/2017

ENERGISA SERGIPE-DISTRIB ENERGI SA
Rua M. A. Apolônio Sales, 81 - Inácio Barboza
Aracaju / SE - CEP 49040-150
CNPJ 13.017.462/0001-53 Insc. Est. 270.767.439
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 000.459.589
Código para Débito Automático: 00007662861

Atendimento ao Cliente ENERGISA 08000 79 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a

UC (Unidade Consumidora): 3/756286-1

Canal de contato

Abr / 2017

Apresentação

18/04/2017

Data prevista da próxima leitura

18/05/2017

- Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.
Prezado Cliente,
Conforme Resolução Homologatória ANEEL Nº 2214/17, no período de 1º a 30 de abril a Tarifa será reduzida em 0,05641 R\$/kWh para reverter a previsão do Encargo de Energia de Reserva (EER) da Usina Angra III. O efeito na fatura de cada unidade consumidora se dará de acordo com seu ciclo de leitura e faturamento.
Mais informações no site www.aneel.gov.br.

CPF/ CNPJ/ RANI

99328027500
Insc. Est.

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data 20/03/17	Data 18/04/17	1	150	28
Leitura 17620	Leitura 17770			

Faturas em atraso

27/03/2017 181,47

Demonstrativo

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Consumo até 30kWh-BR	30	0,13025	3,90
Consumo - 31 a 100kWh-BR	70	0,22330	15,63
Consumo - 101 a 220kWh-BR	50	0,33486	16,74
Adic. B. Amarela			0,70
Adic. B. Vermelha			1,84
Subsídio			23,80
ICMS			22,53
PIS			0,62
COFINS			4,25

LANÇAMENTOS E SERVIÇOS

Histórico de Consumo (kWh)

CONTRIBUÍM PUBLICA	12,06
Devolução Subsídio	-23,80

Mar/17	208
Fev/17	186
Jan/17	181
Dez/16	154
Nov/16	174
Out/16	188
Set/16	151
Ago/16	137
Jul/16	175
Jun/16	157
Mai/16	189
Abr/16	158

Média dos últimos meses
186

	BASE DE CALCULO	ALÍQUOTA	VALOR R\$
ICMS	90,37	25,00	22,59
PIS	90,37	1,0217	0,92
COFINS	90,37	4,7081	4,25

VENCIMENTO

TOTAL A PAGAR

26/04/2017

R\$ 78,65

6a20.c876.6e47.29f7.6014.fd43.de3d.9bdf.

Indicadores de Qualidade 2/2017 - SÃO CRISTÓVÃO

	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL	11,01	0,00	NOMINAL
DIC TRIMESTRAL	22,03		
DIC ANUAL	44,07		
FIC MENSAL	7,52	0,00	CONTRATADA
FIC TRIMESTRAL	15,04		LIMITE INFERIOR
FIC ANUAL	30,08		LIMITE SUPERIOR
DMIC	5,98	0,00	
DICRI	16,80		

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. de Energia/SE	14,55	18,28
Compra de Energia	19,83	22,92
Serviço de Transmissão	0,68	0,84
Encargos Setoriais	5,74	7,50
Impostos Diretos e Encargos	33,64	60,65
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	78,65	100,00

Valor do EUSD (Ref. 2/2017) R\$38,12

ATENÇÃO

- REAVISO DE VENCIMENTO: Caso a(s) fatura(s) acima relacionada(s) permaneça(m) em atraso, o fornecimento poderá ser suspenso a partir de 03/05/2017. Conforme Resolução 414 da ANEEL. O pagamento após essa data não elimina a possibilidade da devida suspensão do fornecimento, caso o mesmo não seja comunicado ou as contas pagas não estejam na unidade consumidora para comprovação. Caso já tenha efetuado o pagamento da(s) fatura(s) acima, desconsidere esta mensagem.
Fatura sujeita a inclusão em órgãos de proteção ao crédito no caso de inadimplimento.
- Sua unidade foi faturada como Baixa Renda, tendo um desconto de R\$23,8

VENCIMENTO

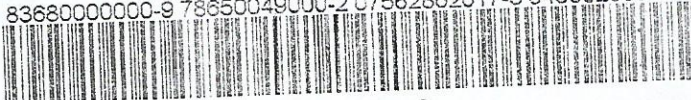
TOTAL A PAGAR

26/04/2017

R\$ 78,65

Roteiro 11 - 620 - 860 - 8870
Matrícula: 756286-2017-04-5

836800000000-9 786500490000-2 07562862017-3 04506200019-0



Sinistro
3180 404583
— X —

Rio de Janeiro, 14 de Agosto de 2018

Aos Cuidados de: VIVIAN TAYNAR SANTOS DE MATOS

Nº Sinistro: 3180366645

Vítima: VIVIAN TAYNAR SANTOS DE MATOS

Data do Acidente: 05/12/2017

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: JOAO MARCELO DE CAMPOS LIMA ROBERTINA

Requiro

30-8-Agosto

30.8

Assunto: NEGATIVA TÉCNICA - SEM SEQUELAS

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no seu pedido de indenização (sinistro número **3180366645**), esclarecemos que não foram identificadas sequelas permanentes em razão do acidente ocorrido em **05/12/2017**. Por esse motivo, o seu pedido de indenização foi negado.

Qualquer dúvida, é só ir até o nosso site www.seguradoralider.com.br, ou ligue através do telefone **0800 022 12 04** (ligação gratuita) ou **0800 022 12 06** que atende apenas aos deficientes auditivos e de fala. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Carta nº 13231437

RELATÓRIO MÉDICO

NOME DO PACIENTE:

DATA DA ENTRADA: 05/12/2017

DATA DA SAÍDA: 20/12/2017

INTERNAMENTO:

PS ()

ENFERMARIA ()

UTI ()

HISTÓRICO CLÍNICO:

Paciente vítima de acidente de moto
trazido pelo SAMU em protocolo relata
dor intenso em membros inferiores
D. Espontaneamente secundária em membro
D. dor intensa D. e D. e D. e D. e D. e D.
E. O Rx mostrou fratura de clavicula
e fratura de fêmur D. Colocados talas
podalica bilateral e tala. Evoluindo se
para alta hospitalar.

HISTÓRICO CIRÚRGICO:

EXAMES COMPLEMENTARES:

Rx D. D. / D. D. / coxa D. / ombro
Rx Tórax
Laboratório: dentro.

MÉDICOS ASSISTENTES:

Dr. Flávio de Faria
Dr. Arthur
Dr. Washington
Dr. Rafael

CONDIÇÕES DE ALTA:

MELHORADO (X)

TRANSFERIDO ()

ÓBITO ()

ARACAJU, 19 de abril de 2018

Dr. Luiz Pinheiro Barreto
Especialista em UTI
178 565-53 CRM 789

Dr. Luiz Pinheiro Barreto
MÉDICO DO SETOR DE ANÁLISE DE PRONTUÁRIO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

COORDENADORIA GERAL DE RECLUSÃO

INSTITUTO DE RECLUSÃO DE CARLOS MENESES

Edeline dos Santos

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.550.924 2.ª VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 16/07/2004

NOME EDILENE DOS SANTOS

FILIAÇÃO EDUARDO GOMES DOS SANTOS MARIA VALDETE JESUS DOS SANTOS

NATURALIDADE SÃO CRISTÓVÃO-SE

DOC ORIGEM CT. NACLEM. NR 26240 LV A-43 FL 41

OFF CART. 3 OFIC. DIST. COM. SÃO CRISTÓVÃO-SE.

RIS/PSEB 003.250.278-00

DATA DE NASCIMENTO 18/01/1969

SIGNATURA DO DIRETOR

16/07/2004



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CÍVEL DE SÃO CRISTÓVÃO DA COMARCA DE SÃO CRISTÓVÃO
Largo Joel Fontes Costa, Bairro Centro, São Cristóvão/SE, CEP 49100000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201983000256

DATA:

01/03/2019

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL DE SÃO CRISTÓVÃO DA COMARCA DE SÃO CRISTÓVÃO
Largo Joel Fontes Costa, Bairro Centro, São Cristóvão/SE, CEP 49100000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201983000256

DATA:

01/03/2019

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

OUVIDORIA INTERNA DA 1ª VARA CÍVEL SCSrs. Advogados: Processos sem Despacho Judicial há mais de trinta(30) dias, sem motivo justo, por favor informem:manoelcostaneto@tjse.jus.br ou WHATSAPP 988165828SEGUE O DESPACHOConsoante o NCPC, a Audiência de Conciliação somente deixará de ser realizada quando ambas as partes manifestarem repúdio ao ato.Cite-se o Réu para que compareça à audiência acompanhado de advogado. Informe com antecedência mínima de 10 dias o desinteresse em conciliar. Deverá o Réu apresentar defesa em 15 dias a partir da data da audiência.Intime-se o Advogado do Autor e este informe à parte sobre a audiência.O não comparecimento significa ato atentatório à dignidade da justiça.

Designo o dia 08/04/2019 às 10h:15min para que seja realizada audiência Conciliação.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
1ª Vara Cível de São Cristóvão**

Nº Processo 201983000256 - Número Único: 0000469-90.2019.8.25.0072

Autor: VIVIAN TAYNAR SANTOS DE MATOS

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Concessão >> Assistência Judiciária Gratuita

OUVIDORIA INTERNA DA 1ª VARA CÍVEL – SC

Srs. Advogados: Processos sem Despacho Judicial há mais de trinta(30) dias, sem motivo justo, por favor informem:

manoelcostaneto@tjse.jus.br ou WHATSAPP – 988165828

SEGUE O DESPACHO

Consoante o NCPC, a Audiência de Conciliação somente deixará de ser realizada quando ambas as partes manifestarem repúdio ao ato.

Cite-se o Réu para que compareça à audiência acompanhado de advogado. Informe com antecedência mínima de 10 dias o desinteresse em conciliar. Deverá o Réu apresentar defesa em 15 dias a partir da data da audiência.

Intime-se o Advogado do Autor e este informe à parte sobre a audiência.

O não comparecimento significa ato atentatório à dignidade da justiça.



Documento assinado eletronicamente por **Manoel Costa Neto, Juiz(a) de 1ª Vara Cível de São Cristóvão**, em **01/03/2019**, às **11:14:07**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019000514120-69**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CÍVEL DE SÃO CRISTÓVÃO DA COMARCA DE SÃO CRISTÓVÃO
Largo Joel Fontes Costa, Bairro Centro, São Cristóvão/SE, CEP 49100000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201983000256

DATA:

20/03/2019

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

expedida carta

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL DE SÃO CRISTÓVÃO DA COMARCA DE SÃO CRISTÓVÃO
Largo Joel Fontes Costa, Bairro Centro, São Cristóvão/SE, CEP 49100000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201983000256

DATA:

20/03/2019

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Mandado de número 201983001621 do tipo (NCPC) - Mandado Citação e Intimação - Procedimento Comum - audiência [TM4145,MD150]

{Destinatário(a): SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
1ª Vara Cível de São Cristóvão
Largo Joel Fontes Costa, S/N
Bairro - Centro Cidade - São Cristóvão
Cep - 49100-000 Telefone - (79)3261-9400

Normal(Justiça Gratuita)



201983001621

PROCESSO: 201983000256 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0000469-90.2019.8.25.0072
NATUREZA: Procedimento Comum
REQUERENTE: VIVIAN TAYNAR SANTOS DE MATOS
REQUERIDO: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente, fica Vossa Senhoria **CITADO(A)** para a audiência de Conciliação ou de Mediação na forma do Art. 334, para a finalidade abaixo transcrita.

Finalidade: Comparecer a este Juízo para audiência de Conciliação ou de Mediação, de acordo com Arts. 334 e 344 do CPC. Não havendo autocomposição, o prazo para a contestação, 15 (quinze) dias, será contado na forma do Art. 335 do CPC. Fica advertido(a) que deverá comparecer a referida audiência acompanhado(a) de advogado(a) ou defensor(a) público(a).

Despacho: OUVIDORIA INTERNA DA 1ª VARA CÍVEL SCSrs. Advogados: Processos sem Despacho Judicial há mais de trinta(30) dias, sem motivo justo, por favor informem:manoelcostaneto@tjse.jus.br ou WHATSAPP 988165828SEGUE O DESPACHOConsoante o NCPC, a Audiência de Conciliação somente deixará de ser realizada quando ambas as partes manifestarem repúdio ao ato.Cite-se o Réu para que compareça à audiência acompanhado de advogado. Informe com antecedência mínima de 10 dias o desinteresse em conciliar. Deverá o Réu apresentar defesa em 15 dias a partir da data da audiência.Intime-se o Advogado do Autor e este informe à parte sobre a audiência.O não comparecimento significa ato atentatório à dignidade da justiça.

Designo o dia 08/04/2019 às 10h:15min para que seja realizada audiência Conciliação.

Data e horário da audiência: 08/04/2019 às 10:15:00, **Local:**

Advertência: O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.

Qualificação da parte ré:

Nome: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Residência: Rua Senador Dantas, (5º andar), 74

Bairro: Centro

CEP: 20031205

Cidade: Rio de Janeiro - RJ - RJ

Ilmº (a) Sr(a)

Nome: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Residência: Rua Senador Dantas, (5º andar), 74

Bairro: Centro

CEP: 20031205

Cidade: Rio de Janeiro - RJ - RJ

[TM4145, MD150]



Documento assinado eletronicamente por **Denise César Prado Almeida, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de 1ª Vara Cível de São Cristóvão**, em 20/03/2019, às 12:54:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019000658886-24**.